



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira;
- Paulo Jorge Campos Vicente.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:50 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Dr. Vítor Manuel Fernandes Pereira não esteve presente, tendo sido substituído pelo **Sr. Dr. Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira**.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. 13.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013
2. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE"-CONCURSO PÚBLICO N.º05/2010-DEEM-RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM 28-06-2013
3. REQ. N.º 2262/10— PC N.º 123/07 — CRISAL-CRISTALARIA AUTOMÁTICA, S.A.
4. REQ. N.º 1001/13 — PC N.º 201/13 — J.J.M. PINTURAS DE AUTOMÓVEIS, LDA.
5. REQ. N.º 881/13 — PC N.º 125/13 — MIGUEL NORALDO PARREIRA DINIS
6. REQ. N.º 1022/13 — PC N.º 180/13 — BATISTAMOLDES, LDA.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

7. REQ. N.º 784/13 – PC N.º 105/12 – AFR MOLDES – FABRICAÇÃO DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.
8. REQ. N.º 967/13 – PC N.º 208/08 – DELFINA LOPES TOMAZ RAMUSGA
9. REQ. N.º 255/13 – PC N.º 60/2013 – TIAGO DOS SANTOS DE JESUS
10. CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA.
11. "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2, JARDIM CENTRAL - CP01/2012 (DOEM)" - TRABALHOS A MENOS.
12. "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2, JARDIM CENTRAL - CP01/2012" - REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA.
13. "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA" – CP n.º05/2011" - TRABALHOS A MENOS.
14. "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA" - REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA.
15. P.A. N.º 26/2013-AP/DCD - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 166/AP/DFTI/2013 DE 04-07-2013 RELATIVO A SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES
16. P.A. N.º 26/2013-AP/DCD - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
17. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE
18. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – SERVIÇOS DE ATIVIDADE FÍSICA/GÍMNICA (PSICOMOTRICIDADE) AOS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DA MARINHA GRANDE NASCENTE E POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014.

19. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DA MARINHA GRANDE, NASCENTE E POENTE E AGRUPAMENTO DE VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2013/2014
20. APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA. (I)
21. APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA. (II)
22. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2013 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO (I)
23. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2013 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO (II)
24. ATRIBUIÇÃO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 4.º DIREITO DO BLOCO M SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL LANÇADO PARA ESTE FIM AO CANDIDATO PAULO JORGE MARQUES SANTOS
25. APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 4º TRIMESTRE DO ANO 2012, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
26. APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1º TRIMESTRE DO ANO 2013, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
27. VALÊNCIA DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2013/2014 – NORMAS DE FUNCIONAMENTO E TABELA DE PARTICIPAÇÃO FAMILIAR
28. RESUMO DE TESOURARIA
29. ATENDIMENTO PÚBLICO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de oito processos de obras particulares, que identificou e cujas propostas foram antecipadamente enviadas por e-mail a todos os membros do executivo, pelo que foram por todos aceites, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais três assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho colocou as seguintes questões:**

- ⇒ Foi contactado por elementos da CAFAP, que estão numa situação delicada, pois pretendiam dispor das instalações no edifício da ex-IVIMA a 15 de julho, pelo que gostaria de saber quando é que a Câmara pensa disponibilizar o espaço;
- ⇒ Pretende saber qual a evolução em relação ao estuarino, à obra da Ponte das Terceiras e aos trabalhos de limpeza da mata.

- A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho** pretende ser esclarecida sobre o valor do crédito de mais de 280 mil euros que está reconhecido sobre a U. de Leiria e de onde vem.

- **Em resposta às questões colocadas, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ U. de Leiria – respondeu à Sr.ª Vereadora, informando que foram os números encontrados para os 2 relvados sintéticos a que não foi dado cumprimento. Na sequência desta resposta a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho** solicitou fotocópia da reclamação de créditos que foi apresentada, se possível durante a reunião. Tal como foi solicitado, o **Sr. Presidente** entregou o referido documento durante a reunião.
- ⇒ Limpeza da mata – o Sr. Presidente informou que se deslocou ao local com a Eng.ª da AFN responsável, que neste momento se encontra de férias, e que por agora irá manter encerrados os 3,5 km que estão fechados, porque segundo esta técnica continuam a cair árvores. As estradas só estão bloqueadas com boxes de cimento, mas estão circuláveis, caso seja necessário numa situação de incêndio. Os aceiros e arrifes estão praticamente limpos, e prevê que a

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

abertura desde a Fonte da Felícia até à Reta dos Vidreiros seja efectuada brevemente. Da Ponte Nova ao Canto do Ribeiro não vê hipótese de abrir este ano. Depois de a Eng.ª da AFN regressar de férias farão uma nova visita ao local para verificar a possibilidade de se irem abrindo alguns troços.

▪ **Em resposta às questões referentes à sua área de competência, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:**

⇒ Ponte das Tercenas – estamos em contacto com a Agência Portuguesa do Ambiente, dono da obra, e até final deste mês o processo avançará (a empresa está em processo de revitalização). O tempo de atraso é recuperável, pois a obra foi consignada por 18 meses, estando previsto finalizá-la em janeiro de 2014;

⇒ Estuarino – prestámos toda a colaboração à ARH Centro, fizemos os cadernos de encargos para as obras e a abertura do concurso público para o remanescente estará na secretária do Secretário de Estado Dr. Paulo Lemos. Temos feito todas as diligências para tentar saber mais informações.

▪ Em resposta à questão referente às instalações da ex-IVIMA, a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** informou que esta semana teve uma reunião com a CAFAP sobre a disponibilização do espaço, uma vez que têm que sair de onde estão, e a situação está resolvida. Eles irão ocupar o 1.º andar, mas como têm que fazer obras irão ocupar temporariamente o r/c. A entrega dos espaços atrasou-se com a intempérie, mas prevê-se entregá-los em agosto, até porque antes o assunto terá que vir à próxima reunião de Câmara.

▪ O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** manifestou o seu pesar pelo falecimento da trabalhadora Cândida Pedrosa, e pediu que em casos futuros de falecimento de algum trabalhador da Câmara os Vereadores da oposição sejam informados oficialmente.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - 13.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**

608 - Presente proposta da 13ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**12.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013**, no valor de 83.958,55 euros nos reforços e de 83.958,55 euros nas anulações;

**10.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013** no valor de 79.510,00 euros nos reforços e de 80.110,00 euros nas anulações;

**12.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013** no valor de 7.288,10 euros nos reforços e de 3.388,10 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 13.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos e 3 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade, nos termos do previsto no art.º 89.º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**2 - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE"-CONCURSO PÚBLICO N.º05/2010-DEEM-RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM 28-06-2013**

609 - Por deliberação camarária tomada em reunião de Câmara Municipal de 28 de junho de 2013, foi deliberado aceitar as garantias bancárias apresentadas pelo adjudicatário LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. e proceder à restituição das importâncias retidas através de guias de receita aquando do pagamento dos autos da empreitada "Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande “.

No entanto, e por lapso de escrita na elaboração da proposta de deliberação, foi referido que se pretendia restituir o montante de 85.833,34€ e de 1.294.70€, quando apenas existem condições para se proceder à restituição do montante de 85.833,34€, atentas as garantias bancárias apresentadas e presentes na reunião camarária.

**Face ao exposto a Câmara Municipal delibera, nos termos do preceituado no art.º 148.º do Código do Procedimento Administrativo proceder à retificação da deliberação tomada na sua reunião de 28-06-2013 relativo ao “Pedido de substituição de quantias retidas na empreitada "Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande “- Concurso Público n.º05/2010-DEEM”, nos seguintes termos:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**Onde se lê:**

“A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do art.º 353º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, aceitar as referidas garantias bancárias e restituir a importância de 85.833,34 €, retidos através das guias n.º 736/1, 858/1, 884/1, 1085/1, 1102/1, 1103/1, 1104/1, 1126/1 de 2012 e 207/1, 271/1, 427/1 e 613/1 de 2013 e restituir 1.294,70 euros retidos na guia 610/1/2013, ao adjudicatário LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.”

**Deve ler-se:**

“A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do art.º 353º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, aceitar as referidas garantias bancárias e restituir a importância de 85.833,34 € ao adjudicatário LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., retidos através das guias n.º 736/1, 858/1, 884/1, 1085/1, 1102/1, 1103/1, 1104/1, 1126/1 de 2012 e 207/1, 271/1, 427/1 e 613/1 de 2013 e parte da guia 610/1/2013, nos termos do mapa que consta da informação n.º 9SAB/2013 DE 20-06-2013”

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - REQ. N.º 2262/10 – PC N.º 123/07 – CRISAL-CRISTALARIA AUTOMÁTICA, S.A.**

610 - Presente projeto referente ao pedido de licenciamento da obra de “Alteração de Unidade Industrial – Ampliação de Armazém existente” a que foi atribuído o número de processo 123/07, incidente sobre um prédio sito no Lote 1 da Rua de Portugal - Zona Industrial Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por CRISAL-Cristalaria Automática, S.A., com o NIPC 505210150, com sede em Lote 1 da Rua de Portugal - Zona Industrial Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 23/05/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do alvará, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

Presente informação relativa ao contacto presencial com o representante da empresa requerente, na qual foi informado sobre os condicionalismos legais inerentes à declaração da caducidade do processo e a necessidade de posterior pronuncia da firma sobre a proposta a ser presente em reunião de Câmara.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 23/05/2013 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,**



1. Considerando que o interessado, CRISAL-Cristalaria Automática, S.A., com o NIPC 505210150, com sede Lote 1 da Rua de Portugal - Zona Industrial Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de “Alteração de Unidade Industrial – Ampliação de Armazém existente”, a que foi atribuído o número de Processo 123/07, incidente sobre um prédio sito no Lote 1 da Rua de Portugal - Zona Industrial Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 14/10/2010, através do ofício n.º1173/10, de 18/10/2010, rececionado em 26/10/2010;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 27/10/2011 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);
3. Considerando que o interessado tinha até ao dia 27/10/2011 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
4. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
5. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 123/07 para licenciamento de uma obra de “Alteração de Unidade Industrial – Ampliação de Armazém existente”, incidente sobre um prédio sito no Lote 1 da Rua de Portugal - Zona Industrial Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar o requerente, CRISAL-Cristalaria Automática, S.A., com o NIF n.º 505210150, com sede Lote 1 da Rua de Portugal - Zona Industrial Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1001/13 – PC N.º 201/13 – J.J.M. PINTURAS DE AUTOMÓVEIS, LDA.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

611 - Presente processo de licenciamento, em nome de J.J.M. Pinturas De Automóveis, Lda., com o NIPC 503 507 083, com sede na rua de Leiria, n.º 36, Embra, Marinha Grande, para a alteração e ampliação de um edifício destinado a armazém, existente na rua Fonte 25 de Abril, Moinho de Cima, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 814 e na matriz predial urbana sob o n.º 10756, da freguesia e concelho da Marinha Grande, para instalação de oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis, aprovado em reunião de Câmara de 30 de junho de 2011;

Presente deliberação de Câmara datada de 22 de abril de 2013, declarando a caducidade do licenciamento acima referido, ao abrigo do n.º 5 do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Presente pedido do mesmo requerente, requerendo nova licença ao abrigo do artigo 72º do RJUE;

Presente informação técnica, datada de 08/julho/2013, que atesta encontrar-se o pedido em condições de merecer aprovação;

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o pedido de nova licença, nos termos do artigo 72º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, em nome de J.J.M. Pinturas De Automóveis, Lda., com o NIPC 503 507 083, com sede na rua de Leiria, n.º 36, Embra, Marinha Grande, para a alteração e ampliação de um edifício destinado a armazém, existente na rua Fonte 25 de Abril, Moinho de Cima, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 814 e na matriz predial urbana sob o n.º 10756, da freguesia e concelho da Marinha Grande, para instalação de oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis,, com os seguintes condicionalismos:**

**1.- Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente do seguinte:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

3. Nos termos do disposto no n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17/07, antes da emissão da Autorização de Utilização, a entidade exploradora deverá proceder à apresentação da Declaração Prévia prevista no art. 4.º do mesmo diploma legal, junto da Câmara Municipal, com cópia à DGAE – Direção-Geral das Atividades Económicas, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 790/2007, de 23/07, na qual se responsabiliza que o estabelecimento cumpre todos os requisitos adequados ao exercício da atividade.

4. Deverá garantir o cumprimento de todas as normas aplicáveis relativas à manipulação de substâncias e resíduos perigosos, designadamente o Decreto-Lei n.º 242/2001, de 31/08, relativo a poluição provocada pelos compostos orgânicos voláteis resultante da atividade de pintura automóvel e o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05/09, relativo à gestão de resíduos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **5 - REQ. N.º 881/13 – PC N.º 125/13 – MIGUEL NORALDO PARREIRA DINIS**

612 - Presente requerimento n.º 881/13, datado de 2013/06/12, constante do processo camarário n.º 125/13, subscrito por Miguel Noraldo Parreira Dinis, NIF n.º 134713826, com residência na Travessa do Mirante, n.º 5, Lugar de Outeiros, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho de Marinha Grande, 2430-759 Vieira de Leiria, a solicitar licenciamento da *“CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MISTO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO, MURO E DEMOLIÇÃO TOTAL”*, incidente sobre um prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 12, Lugar de Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 2013/07/05.

Analizada a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“(…)

*Na sequência do anterior parecer técnico emitido sobre a pretensão em referência, e após análise dos novos elementos aditados ao processo, informo:*

1. O processo em referência respeita ao pedido de licenciamento da obra de construção de *“Edifício de utilização mista e muro com demolição”* dispondo de dois pisos, destinando-se o piso 0 a espaço de comércio/serviços e o piso 1 ao uso habitacional, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua Manuel Diniz Parreira, n.º 12, Lugar de Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria.

2. Como antecedentes à presente pretensão, registam-se em Arquivo Municipal, os seguintes processos de licenciamento:

- Processo camarário n.º 586/1951, em nome de Maria Crespo Feteira, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construir um primeiro andar na sua casa”*, deferido por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 13/09/1951, à qual foi emitido o Alvará de Licença n.º 130/1952, de 05/05;

- Processo camarário n.º 1061/1954, em nome de Maria Crespo Feteira, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Abertura duma porta na fachada principal do seu prédio”*, deferido por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 11/11/1954, à qual foi emitido o Alvará de Licença n.º 30/1955, de 18/01;

- Processo camarário n.º 1253/1959, em nome de Maria Crespo Feteira, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma cozinha e um quarto na sua residência”*, deferido por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 10/08/1959, à qual foi emitido o Alvará de Licença n.º 414/1959, de 25/11;

- Processo camarário n.º 1665/1969, em nome de José Rosa Cruz, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Substituir um telheiro de telha e madeira que serve de resguardo ao lavadouro por uma pequena placa e construir um muro com 15 metros não confinante com a via pública”*, deferido por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 08/07/1969, à qual foi emitido o Alvará de Licença n.º 484/1969, de 30/07.

- Processo camarário n.º 615/1979, em nome de José Rosa Cruz, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Reparar a sua Moradia”*, deferido por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 08/05/1979, à qual foi emitido o Alvará de Obras n.º 943/1979, de 17/08;

- Processo camarário n.º 1550/1979, em nome de José Rosa Cruz, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Colocação de Porta e Janela”*, deferido por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 09/10/1979 (isento de taxa ao abrigo do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 166/70);

- Processo camarário n.º 1045/1983, em nome de José Rosa Cruz, referente ao pedido de licenciamento da obra de "*Reparação da Moradia*", deferido por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 12/10/1983 (isento de taxa ao abrigo do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 166/70);

3. Regista-se ainda em Arquivo Municipal, o processo camarário n.º 138/2012, em nome do atual requerente (Miguel Noraldo Parreira Diniz), referente ao pedido de licenciamento da obra de "*Alteração de moradia para bloco habitacional*", tendo sido arquivado face à desistência solicitada do mesmo.

4. O prédio delimitado insere-se dentro dos limites previstos em Plano Municipal de Ordenamento do Território vigente, no Aglomerado Urbano de Vieira de Leiria, em espaço urbano designado por "Área Central". Apresentam-se no quadro seguinte, os índices e parâmetros urbanísticos definidos/verificados à operação urbanística pretendida, face ao n.º 9 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (Restante Área Urbana).

Índices/Parâmetros	Admissível	Proposta
Área da Prédio	-----	241m <sup>2</sup>
Área Construção (indicada)	-----	182,85m <sup>2</sup>
Área Construção (aferida)		> 200m <sup>2</sup>
Densidade Habitacional Máxima	40 Fogos / ha	1 Fogo / T <sub>1</sub> (*)
Índice Construção Bruto	0,8	200/241 = 0,83
Cércea Máxima	3 Pisos / 9,50m	2 Piso / < 9,50m
Estacionamento Habitação	1 Lugar/ Fogo	1 Lugar
Estacionamento Comércio/Serviços	1 Lugar/50m <sup>2</sup> Área Coberta	2 Lugares

(\*) Não se agrava o número de fogos propostos em relação ao número de fogos existentes.

5. Conforme se verifica no quadro exposto, a proposta não garante o cumprimento do índice de construção bruto definido para o local, visto a área de construção proposta (superior a 200m<sup>2</sup>) exceder a área máxima de construção admissível de 192,80m<sup>2</sup>, face à área total do prédio.

6. Relativamente ao acesso e estacionamento automóvel ao interior do prédio, verifica-se:

Quanto ao acesso - o acesso ao interior do prédio encontra-se proposto por uma alegada "*serventia/travessa existente a tardoz*", apresentando uma largura inferior a 3m

na zona que antecede o protão de acesso previsto. Dispondo o prédio de confrontação direta com a via pública (Rua Manuel Dinis Parreira), o acesso ao seu interior deverá ser feito através desse arruamento, desde que se garanta o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Quanto estacionamento – apesar de se encontrar garantido o número mínimo de lugares de estacionamento no interior do prédio, exigidos face aos parâmetros constantes do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, o estacionamento e circulação no interior do mesmo, não garantem o estipulado no n.º 1 e alínea b) do n.º 2 art. 42.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, respetivamente, visto ser necessário recorrer a um conjunto de manobras para sair dos lugares de estacionamento e não se encontrar garantida a largura mínima de 5,50m de faixa de circulação exigida para os dois sentidos de circulação.

7. Face ao exposto, propõe-se o indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 5 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, notificando-se o requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º/101.º do Código do Procedimento Administrativo para, no prazo de 30 dias, se pronunciar acerca do respetivo projeto de indeferimento, por:

a) Violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:

- O índice de construção bruto constante dos parâmetros urbanísticos definidos no n.º 9 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor;

- O n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art. 42.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, ao propor estacionamentos no interior do prédio, que obrigam a recorrer a um conjunto de manobras para sair desses lugares, não garantindo ainda a largura mínima de 5,50m de faixa de circulação exigida para os dois sentidos propostos;

- A alegada alegada *“serventia/travessa existente a tardoz”*, para além de não se considerar via pública, esta não garante a dimensão mínima exigida de 7m de largura útil, prevista no n.º 4 do art. 4.º da Portaria n.º 1532/2008, de 29/12 do Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11.

b) A obra projetada constituir uma sobrecarga incompatível para as infra-estruturas existentes, ao propor acesso automóvel ao interior do prédio, por uma alegada *“serventia/travessa existente a tardoz”*, com uma dimensão reduzida, não permitindo garantir a normal circulação de veículos, interferindo as manobras de entrada e saída de veículos, com a normal circulação junto da Rua Joaquim Tomé Feteira.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N.º 1022/13 – PC N.º 180/13 – BATISTAMOLDES, LDA.**

Assunto retirado da ordem do dia.

**7 - REQ. N.º 784/13 – PC N.º 105/12 – AFR MOLDES – FABRICAÇÃO DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.**

613 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 784/13 de 23/05/2013, apresentado por AFR MOLDES – Fabricação de Moldes para Plásticos, Lda., com o NIF 504595504, com sede em Av. Dr. José Henriques Vareda, n.º 100, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 105/12, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 44/13, emitido em 10/04/2013.

Presente parecer técnico datado 01/07/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Av. Dr. José Henriques Vareda, n.º 100, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de AFR MOLDES – Fabricação de Moldes para Plásticos, Lda., com sede em Av. Dr. José Henriques Vareda, n.º 100, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

**8 - REQ. N.º 967/13 – PC N.º 208/08 – DELFINA LOPES TOMAZ RAMUSGA**

614 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 967/13 de 26/06/2013, apresentado por Delfina Lopes Tomaz Ramusga, com o NIF 151428832, residente em Rua da Maré Alta, n.º 2, lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para a fração objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito do processo n.º 208/08, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 120/12, emitido em 10/01/2013.

Presente parecer técnico datado 01/07/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “A” do edifício sito em Rua da Maré Alta, lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, propriedade Delfina Lopes Tomaz Ramusga, com o NIF 151428832, residente em Rua da Maré Alta, n.º 2, lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.



**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

**9 - REQ. N.º 255/13 – PC N.º 60/2013 – TIAGO DOS SANTOS DE JESUS**

615 - Presente requerimento apresentado por Tiago dos Santos de Jesus, com o NIF 135548470, a solicitar a realização de vistoria ao imóvel sito em Rua 1.º de Dezembro, n.º 13, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, em virtude de considerar que o mesmo apresenta anomalias nas janelas, na casa de banho, no saneamento e demais infraestruturas do imóvel, as quais podem por em causa as condições de habitabilidade do mesmo.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 16/05/2013, pela qual foi determinada a realização da vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/11, por forma a determinar-se quais as obras necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade apresentadas pela edificação.

Presente Auto de Vistoria datado de 06/06/2013, referente à vistoria realizada em 28/05/2013, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

**Após análise do processo, a Câmara deliberou determinar a execução das obras constantes na proposta de intervenção patente no Auto de Vistoria datado de 06/06/2013, referente à vistoria realizada em 28/05/2013, na edificação sita em Rua 1.º de Dezembro, n.º 13, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, nos termos do disposto no n.º 3 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03, face às atuais condições físicas da referida edificação, verificadas pela Comissão de Vistorias, designadamente:**

- a) Reparação das coberturas, quer da habitação, quer do anexo e respetivo telheiro de ligação, removendo os elementos em fibrocimento e substituindo-os por chapa metálica dupla com isolamento;**
- b) Remodelação da canalização de água quente, compreendendo a instalação de um esquentador na cozinha, devidamente ventilado, garantindo a disponibilização de água quente canalizada nos vários dispositivos de utilização, nomeadamente lavatório, bidé e duche, assim como no lava louças.**
- c) Reparação da canalização exterior de águas residuais.**
- d) Reparação ou substituição dos vãos exteriores.**
- e) Reparação e pintura dos tetos e paredes interiores.**
- f) Instalação de uma base de duche na instalação sanitária.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**Mais deliberou, conceder um prazo de 30 dias úteis para a execução dos trabalhos mencionados, informando o proprietário que deverá previamente apresentar o competente projeto de licenciamento ou comunicação prévia das obras de alteração, caso se revele necessário no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **10 - CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA.**

Presente parecer jurídico, emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, no qual se conclui que a proposta apresentada pelo concorrente inicialmente hierarquizado em 1.º lugar (Matos & Neves, Lda.) deve ser excluída, por força do estatuído na alínea o), do n.º 2, do artigo 146.º, do Código dos Contratos Públicos, que remete para a alínea b), do n.º 2, do artigo 70.º.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

#### **11 - "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2 , JARDIM CENTRAL - CP01/2012 – (DOEM)" - TRABALHOS A MENOS.**

616 - Presente informação da DISU com a ref. AR.09.2013, na qual se propõe o seguinte:

- a) a aprovação de trabalhos a menos, respeitantes a quantidades de trabalho que não foram utilizadas por não serem necessárias para completar a solução preconizada em projeto, no valor de 10.557,50 € (dez mil, quinhentos e cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos), da empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL", adjudicada à firma "HABITÂMEGA, CONSTRUÇÕES, SA", nos termos do disposto no art. 379º, n.º 1, do CCP.
- b) a retificação, nos termos do preceituado no art.º 148.º do Código do Procedimento Administrativo, da deliberação tomada na reunião de câmara de 4 de outubro de 2012 relativa à "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL – CP 01/2012" – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS".

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª AR.09.2013, que fica anexa (Anexo 1) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera:**

- a) aprovar trabalhos a menos, respeitantes a quantidades de trabalho que não foram utilizadas por não serem necessárias para completar a solução preconizada em projeto, no valor de 10.557,50 € (dez mil, quinhentos e cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos), da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL”, adjudicada à firma “HABITÂMEGA, CONSTRUÇÕES, SA”, nos termos do disposto no art. 379º, n.º 1, do CCPO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL”, adjudicada à firma “Habitâmega, SA”;
- b) rectificar, ao abrigo do disposto no art.º 148.º do Código do Procedimento Administrativo, a deliberação tomada na reunião de câmara de 4 de outubro de 2012 relativa à “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL – CP 01/2012” – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS”, nos seguintes termos:

**Onde se lê:**

*Presente informação da DOEM com a ref. SS.265.2012, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 24.605,98 € (Vinte e quatro mil, seiscentos e cinco euros e noventa e oito cêntimos), respeitante aos equipamentos a retirar por efeito da alteração da solução de iluminação pública introduzida ao projeto inicial.*

*Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.º SS.265.2012, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar trabalhos a menos no valor de 24.605,98 € (Vinte e quatro mil, seiscentos e cinco euros e noventa e oito cêntimos), ao abrigo do disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativos ao fornecimento e montagem de equipamentos de iluminação incluídos no Capítulo 3.2.3 FORNECIMENTO E MONTAGEM DE LUMINÁRIAS, da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL”, adjudicada à firma “Habitâmega, SA”.*

**Deve ler-se:**

*Presente informação da DOEM com a ref. SS.265.2012, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 24.476,70€ (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis euros e setenta cêntimos), respeitante aos equipamentos a retirar por efeito da alteração da solução de iluminação pública introduzida ao projeto inicial.*

*Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.º SS.265.2012, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar trabalhos a menos no valor de 24.476,70€ (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis euros e setenta cêntimos), ao abrigo do disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativos ao fornecimento e montagem de equipamentos de iluminação incluídos no Capítulo 3.2.3 FORNECIMENTO E MONTAGEM DE LUMINÁRIAS, da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL”, adjudicada à firma “Habitâmega, SA”.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2, JARDIM CENTRAL - CP01/2012" - REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA.**

617 - Presente informação da DISU com a ref.<sup>a</sup> AR/10.2013, datada de 5/7/2013, propondo a aprovação da revisão de preços provisória da empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL", no valor 264,26 € (duzentos e sessenta e quatro euros e vinte e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Assim, apreciada a informação com a ref.<sup>a</sup> AR.10.2013, que fica anexa (Anexo 2) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços provisória, no valor de 264,26 € (duzentos e sessenta e quatro euros e vinte e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL", adjudicada à firma HABITÂMEGA - Construções, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de Janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1 - SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA – CP N.º 05/2011" - TRABALHOS A MENOS.**

618 - Presente informação da DISU com a ref. AR.09.2013, na qual se propõe o seguinte a aprovação de trabalhos a menos, respeitantes a quantidades de trabalho que não foram utilizadas por não serem necessárias para completar a solução preconizada em projeto, devidamente discriminadas nos mapas anexos, no valor de 6.091,93 € (seis mil e noventa e um euros e noventa e três), do contrato inicial (n.º 85/2011) e trabalhos a menos, no valor de 8.063,30 € (oito mil e sessenta e três euros e trinta cêntimos), do contrato adicional (n.º 62/2012), da empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA", adjudicada à firma "HABITÂMEGA, CONSTRUÇÕES, SA", nos termos do disposto no art. 379º, n.º 1, do CCP.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.<sup>a</sup> AR.09.2013, que fica anexa (Anexo 3) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, aprovar trabalhos a menos no valor de 6.091,93 € (seis mil e noventa e um euros e noventa e três), do contrato inicial (n.º 85/2011) e trabalhos a menos, no valor de 8.063,30 € (oito mil e sessenta e três euros e trinta cêntimos), do contrato adicional (n.º 62/2012), da empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA", adjudicada à firma "HABITÂMEGA, CONSTRUÇÕES, SA", nos termos do disposto no art. 379º, n.º 1, do CCP.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14 - "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA" - REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA**

619 - Presente informação da DISU com a ref.<sup>a</sup> AR/11.2013, propondo a aprovação da revisão de preços provisória, no valor 4.636,14 € (quatro mil, seiscentos e trinta e seis euros e catorze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA", adjudicada à firma *HABITÂMEGA - Construções, SA*, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/2004, de 6 de janeiro.

**Assim, apreciada a informação com a ref.<sup>a</sup> AR.11.2013, que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços provisória, no valor 4.636,14 € (quatro mil, seiscentos e trinta e seis euros e catorze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA", adjudicada à firma *HABITÂMEGA - Construções, SA*, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/2004, de 6 de janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - P.A. N.º 26/2013-AP/DCD - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 166/AP/DFTI/2013 DE 04-07-2013 RELATIVO A SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES**

620 - Por deliberação camarária tomada em reunião de Câmara Municipal de 11/06/2013, objeto de retificação na reunião do mesmo órgão de 28/06/2013, foi deliberada a abertura do procedimento para contratação do fornecimento de refeições (em refeitórios escolares) para o ano letivo 2013/2014, ao abrigo de acordo quadro n.º 015, denominado de *Refeições Confeccionadas (AQ-RC-2010)*, celebrado pela ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas).

Considerando que o convite foi disponibilizado aos concorrentes em plataforma eletrónica no dia 28/06/2013, tendo os prazos sido estabelecidos nos termos do Código dos Contratos Públicos, conforme o quadro seguinte:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Descrição	Data
Prazo para a apresentação das propostas	05-07-2013
Data final para solicitação de esclarecimentos	02-07-2013
Data final para prestação de esclarecimentos	03-07-2013
Data final para envio de erros e omissões	04-07-2013

Considerando que no dia 01/07/2013 o concorrente Uniself, S.A. apresentou o seguinte pedido de esclarecimentos constituído por dois pontos:

*“Exmos Senhores,*

*Vimos por este meio solicitar os seguintes esclarecimentos:*

*1 - O Artigo 15.º, das Especificações Técnicas - Parte II, refere que as ementas a utilizar nas primeiras cinco semanas de funcionamento são as que fazem parte do Caderno de Encargos. No entanto, o Caderno de Encargos não inclui qualquer ementa. Solicitamos o envio das mesmas.*

*2 - Segundo o caderno Encargos, na elaboração das ementas, devem ser tomados em conta os seguintes aspetos:*

*a) A ementa deverá ser acompanhada obrigatoriamente pela respetiva ficha técnica que indicará a composição da refeição, a matéria prima utilizada, respetiva capitação, bem como a descrição do(s) método(s) de confeção;*

*b) A ficha nutricional deverá ser elaborada pelo adjudicatário, em função das ementas já definidas e apresentada à entidade adjudicante com pelo menos 5 dias de antecedência;*

*Gostaríamos de saber se as fichas técnicas só serão apresentadas após adjudicação, ou terão que acompanhar a proposta ?*

*Cumprimentos,*

*UNISELF, S.A.”*

Considerando que no dia 03/07/2013, data limite para a prestação de esclarecimentos, o júri do procedimento elaborou resposta ao pedido formulado sendo que na ata de esclarecimentos o júri assume que o pedido de esclarecimentos ao ponto n.º 1 consubstanciava um erro.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos o órgão competente para identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões é o órgão competente para a decisão de contratar, sendo neste caso em concreto, a Câmara Municipal.

Considerando que o erro em causa não foi classificado pelo concorrente Uniself, S.A. como tal, não tendo sido carregado no canal de erros e omissões da plataforma eletrónica.

Considerando que, face ao exposto, o prazo para a entrega das propostas não seria suspenso automaticamente no dia 04/07/2013, data limite para resposta aos erros e omissões.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Considerando que não era possível agendar com caráter extraordinário, no dia 04/07/2013, uma reunião camarária, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 63.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, de modo a responder aos erros e omissões até às 17:00 do dia 04/07/2013, pois o mesmo foi assumido pelo júri do procedimento no dia 03/07/2013.

Considerando que o não suprimento do erro determinaria que o prazo de entrega das propostas se mantinha no dia 05/07/2013 e que após essa data não era possível proceder ao suprimento do erro na plataforma eletrónica, bem como à prorrogação do prazo para entrega de propostas, tal como estabelece o Código dos Contratos Públicos.

Considerando que o não suprimento do erro no dia 04-07-2013, poderia conduzir à não adjudicação do procedimento o que obrigaria ao início de novo procedimento de contratação pública para o efeito.

Considerando que é imprescindível garantir o fornecimento de refeições nos diversos refeitórios escolares do concelho no início do ano letivo 2013/2014, e que não existiam nem existem condições para qualquer prorrogação no prazo de resposta por desta forma não se conseguir garantir a adjudicação dos serviços de *“Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014”* a tempo do início do ano letivo.

Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 68.º da Lei 169/99 de 18/9, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, na sua redação atual, em circunstâncias excecionais e urgentes e nas situações em que não é possível reunir extraordinariamente a câmara, o Presidente da Câmara Municipal pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando tais atos sujeitos a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

Considerando que a identificação dos termos do suprimento do erro identificado pelo júri na ata de esclarecimentos do P.A. n.º 26/2013-AP/DCD com o objecto *“Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014”* consubstanciava uma circunstância excepcional e urgente e que não era possível reunir a câmara extraordinariamente de modo a suprir o erro identificado pelo júri na ata de esclarecimentos.

Considerando a lista de erros e omissões elaborada pelo júri a 04/07/2013, cuja cópia se anexa.

Considerando o despacho do Sr. Presidente, datado de 04/07/2013, com o n.º 166/2013-AP/DFTI/2013, em que foi determinado:

“(…)

- que seja suprido o erro identificado pelo júri e onde se lê:

“1 - As refeições objeto desta aquisição deverão ser confeccionadas com alimentos em perfeito estado de salubridade, de boa qualidade, respeitando as boas técnicas de confeção, segundo ementas a aprovar pela entidade adjudicante, com a antecedência

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

*mínima de quinze dias. As ementas a utilizar nas primeiras cinco semanas de funcionamento são as que fazem parte integrante deste caderno de encargos. As restantes serão aprovadas pela entidade adjudicante, ou um seu representante, mediante proposta do adjudicatário. Devem ser observadas as capitações constantes do Anexo A – Capitações dos Alimentos e o Anexo B – Lista dos Alimentos Autorizados.”*

*deve ler-se:*

*1 - As refeições objeto desta aquisição deverão ser confeccionadas com alimentos em perfeito estado de salubridade, de boa qualidade, respeitando as boas técnicas de confeção, segundo ementas a aprovar pela entidade adjudicante, com a antecedência mínima de quinze dias. As ementas serão aprovadas pela entidade adjudicante, ou um seu representante, mediante proposta do adjudicatário. Devem ser observadas as capitações constantes do Anexo A – Capitações dos Alimentos e o Anexo B – Lista dos Alimentos Autorizados.*

*- a prorrogação do prazo de entrega das propostas até às 23:59 horas do dia 11-07-2013;*

*- a publicação desta decisão na plataforma electrónica utilizada pelo Município da Marinha Grande [www.compraspublicas.com](http://www.compraspublicas.com);*

*- a apresentação do presente despacho à próxima reunião de câmara para ratificação.”*

**Considerando os motivos expostos e atenta a necessidade de se proceder em tempo à adjudicação do “Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014”, a Câmara Municipal delibera, nos termos do preceituado no art.º 137.º n.º 3 e n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e em cumprimento do preceituado no artigo 68.º n.º 3 da Lei 169/99 de 18/9, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, na sua redação atual, proceder à ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 166/AP/DFTI/2013 de 04/07/2013.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - P.A. N.º 26/2013-AP/DCD - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE**

621 - Por deliberação camarária tomada em reunião de Câmara Municipal de 11/06/2013, objeto de retificação na reunião do mesmo órgão de 28/06/2013, foi deliberada a abertura do procedimento para contratação do fornecimento de refeições (em refeitórios escolares) para o ano letivo 2013/2014, ao abrigo de acordo quadro n.º 015, denominado de *Refeições Confeccionadas (AQ-RC-2010)*, celebrado pela ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas).



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Considerando que o prazo limite para a entrega das propostas é o dia 11/07/2013 e que após a sua análise pelo júri, terá de ser publicitado o relatório preliminar e terá de ser realizada a audiência prévia de 5 dias úteis, preceituada no Código dos Contratos Públicos, pelo que não se afigura possível submeter a adjudicação à reunião da Câmara Municipal da Marinha Grande que se encontra agendada para 25/07/2013.

Considerando que a data de realização da reunião da câmara municipal de agosto se encontra agendada para o dia 14.

Considerando que, atenta a publicação no sítio da internet do Ministério da Educação e Ciência, o ano escolar 2013/2014 tem início previsto a 09/09/2013, conforme se atesta em anexo, e que a autarquia deve garantir a celebração do contrato de fornecimento da alimentação escolar para o ano letivo de 2013/2014 antes dessa data, de modo a serem criadas as condições para o início da prestação dos serviços de fornecimento das refeições nos refeitórios escolares do concelho em devido tempo.

Considerando que a celebração deste contrato releva para o bom início do ano lectivo e que o mesmo permite que seja assegurada a alimentação escolar aos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino do concelho da Marinha Grande.

Considerando que nos termos do Convite o adjudicatário terá de proceder à entrega dos documentos de habilitação e à prestação de caução.

Considerando que atento o disposto no n.º1 do art.º 98 do Código dos Contratos Públicos, sempre que seja necessária a celebração de contrato escrito a respectiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.

Considerando que a Câmara Municipal é o órgão competente para a decisão de contratar, face ao preço base do procedimento (339.266,40 euros) atento o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que a Câmara Municipal, atento o disposto no n.º 2 do art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, pode delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização de despesa até ao montante de 150.000 contos (748.196,85 euros).

Considerando que atento o disposto no n.º 1 do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos a decisão de contratar cabe ao órgão competente para a autorização da despesa inerente ao contrato a celebrar.

**A Câmara Municipal, atentos os motivos expostos, delibera, de acordo com artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com os artigos 36.º, n.º 1, art.º 98.º, n.º 1 e com o art.º 109, n.º 3, estes do Código dos Contratos Públicos, delegar no seu Presidente a competência para autorizar a despesa até ao limite de 339.266,40 euros (trezentos e trinta e nove mil, duzentos e sessenta e seis euros e**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

quarenta cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, no âmbito do procedimento ao abrigo de acordo quadro n.º 015, denominado de *Refeições Confeccionadas (AQ-RC-2010)*, celebrado pela ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas), que tem por objecto o fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE**

622 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Presente a informação n.º LE/06/2013 e requisição interna n.º 12176 do serviço da DISU- Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável de contratualização da *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, na classificação orgânica/económica 07/020218, ação do PAM 2013/A/2.

Considerando que o preço base a aplicar é de 59.076,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, para o período de 12 meses.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**18 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ATIVIDADE FÍSICA/GÍMNICA (PSICOMOTRICIDADE) AOS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DE 2 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014”**

623 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º 1/1602/2013 e requisição interna n.º 9863 do serviço da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de serviços de *“Atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância de 2 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente e Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na contratação de *serviços de “Atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância de 2 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente e Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para contratação de serviços de *“Atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância de 2 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente e Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2013/A/34.

Considerando que o preço base a aplicar é de 21.169,20 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, conforme se atesta em documentação anexa, atento o preceituado no n.º8 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, por a quantidade a contratar e o valor a pagar não serem superiores aos de 2012 e ainda pelo facto de os contratos de aquisição de serviços celebrados em 2011 e 2012, com o mesmo objeto, já terem sido sujeitos a redução remuneratória e obtido o respetivo parecer favorável previstos na disposição legal então em vigor.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de serviços de *“Atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância de 2 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente e Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4, n.º 5 e n.º 8 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância de 2 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente e Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014”*.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**19 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO  
º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE  
ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ATIVIDADES  
DE ANIMAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES PARA 3 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO  
CONCELHO DA MARINHA GRANDE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE  
NASCENTE, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE E AGRUPAMENTO  
DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA O ANO LETIVO 2013/2014”**

624 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de

dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º 1/1701/2013 e requisição interna n.º 9886 do serviço da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de serviços de *“Atividades de animação de bibliotecas escolares para 3 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2013/2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na contratação de serviços de *“Atividades de animação de bibliotecas escolares para 3 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2013/2014”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para contratação de serviços de *“Atividades de animação de bibliotecas escolares para 3 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2013/2014”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2013/A/34.

Considerando que o preço base a aplicar é de 13.402,80 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, conforme se atesta em documentação anexa, atento o preceituado no n.º8 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, por a quantidade a contratar e o valor a pagar não serem superiores aos de 2012 e ainda pelo facto de os contratos de aquisição de serviços celebrados em 2011 e 2012, com o mesmo objeto, já terem sido sujeitos a redução remuneratória e obtido o respetivo parecer favorável previstos na disposição legal então em vigor.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de serviços de *“Atividades de animação de bibliotecas escolares para 3 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2013/2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4, n.º 5 e n.º 8 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Atividades de animação de bibliotecas escolares para 3 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2013/2014”*.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **20 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.(I)**

625 - Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, tendo em conta os **«Critérios de Financiamento à Atividade Física»** aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 5**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redacção actual da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir o apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as entidades mencionadas no seguinte quadro resumo:**

<b>CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO À ACTIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA</b>
--

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR A ATRIBUIR DE JANEIRO A JUNHO DE 2013
ESCOLA DE JUDO ESTRELA MARINHENSE	501644300	1.830,00€
CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA	501395369	1.200,00€

**A verba encontra cabimentação favorável na ação 2012/A/99 do Plano de Actividades Municipais.**

**Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**21 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ACTIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.(II)**

626 - Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, tendo em conta os «**Critérios de Financiamento à Atividade Física**» aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo **(Anexo 6)** à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir o apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as entidades mencionadas no seguinte quadro resumo:**

<b>CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO À ACTIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA</b>
--

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR A ATRIBUIR DE JANEIRO A JUNHO DE 2013
ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL – DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE	501089721	900,00€
CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DA JUVENTUDE CASAL D'ANJA	503452840	600,00€
JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE – CENTRO DE CULTURA E DESPORTO	506889955	3.000,00€
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA	500787658	1.800,00€

**A verba encontra cabimentação favorável na ação 2012/A/99 do Plano de Actividades Municipais.**

**Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **22 - PROGRAMA DE ACTIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2013 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO (I)**

627 - Presente informação n.º 1660/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 20 de junho de 2013, a dar conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Actividade Física para a 3.ª Idade de 2013.

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Actividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua actividade exclusivamente na mesma.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 7**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

**Assim, a Câmara Municipal delibera de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação atual da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos da deliberação, de 21 de fevereiro de 2013 em que foi aprovado o Programa de Atividade Física da 3.ª Idade -2013, aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo, com as entidades mencionadas no seguinte quadro resumo:**

Entidade	NIF	Valor
Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos Freguesia Vieira de Leiria	506 171 795	1.500 Euros
Associação Sindical União Reformados Pensionistas e Idosos	502 870 419	1.500 Euros

**O referido apoio tem cabimento na rubrica 2013/A/49 do Plano de Actividades Municipais para o corrente ano.**

**Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2014.**

**A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **23 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2013 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO (II)**

628 - Presente informação n.º 1743/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 05 julho de 2013, a dar conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Actividade Física para a 3.ª Idade de 2013.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Actividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua actividade exclusivamente na mesma.

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 8**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

**Assim, a Câmara Municipal delibera de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos da deliberação, de 21 de fevereiro de 2013 em que foi aprovado o Programa de Atividade Física da 3.ª Idade -2013, aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo, com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:**

Entidade	NIF	Valor
Sociedade União Albergaria	501 542 061	1.500 Euros

**O referido apoio tem cabimento na rubrica 2013/A/49 do Plano de Actividades Municipais para o corrente ano.**

**Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2014.**

**A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**24 - ATRIBUIÇÃO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 4.º DIREITO DO BLOCO M SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL LANÇADO PARA ESTE FIM AO CANDIDATO PAULO JORGE MARQUES SANTOS**



629 - Presente informação n.º 1685, da D.C.D., datada de 25 de junho de 2013, referente à necessidade de se dar continuidade ao realojamento de mais um agregado familiar, admitido no âmbito do procedimento concursal para atribuição de 37 habitações sociais.

Mais se informa que, a habitação a atribuir ao candidato mencionado em epígrafe, de tipologia T1, é adequada à constituição do agregado familiar.

Considerando que, a lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos do referido concurso foi, recentemente, aprovada em reunião de câmara de 4 de abril do corrente ano;

Considerando que, nos termos do previsto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização e das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a afetação das habitações deve ser efetuada pela ordem constante da lista e de acordo com as habitações disponíveis e adequadas a cada um dos agregados.

Considerando que, até ao momento foram já atribuídas 22 habitações sociais;

Considerando que, neste momento existe uma habitação social, de tipologia T1, que se encontra disponível, em virtude da desistência de um dos candidatos;

Considerando que, o único candidato admitido cuja dimensão do agregado se adequa ao realojamento num apartamento desta tipologia, é Paulo Jorge Marques Santos;

Considerando que é interesse do próprio ser realojado neste bloco habitacional,

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir a habitação social abaixo indicada ao candidato Paulo Jorge Marques Santos, sendo a renda a aplicar, no valor indicado no quadro seguinte:**

**AVENIDA DA LIBERDADE**

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	TIPOLOGIA	RENDA
Paulo Jorge M. Santos	M	4.º DTO	T1	47,12€

**Mais delibera que o valor da renda entre em vigor, a partir do próximo mês de agosto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**25 - APRECIACÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 4º TRIMESTRE DO ANO 2012, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

630 - Presente informação n.º 1538, datada de 21 de junho de 2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação das candidaturas relativas ao **4.º trimestre do ano de 2012** do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de junho de 2010, retificado/clarificado na reunião realizada em 24 de junho de 2010, e aprovado na segunda reunião da Assembleia Municipal do dia 25 de junho de 2010, realizada no dia 13 de julho do mesmo ano, com as alterações introduzidas e aprovadas em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012, e de 30 de abril de 2013.

Considerando que durante o **4.º trimestre de 2012** foram apresentadas **31 (trinta e uma)** candidaturas a este incentivo;

Considerando que as condições de atribuição do incentivo estão consagradas no artigo 3.º do regulamento;

Considerando que o valor do incentivo é definido pela aplicação dos critérios constantes no artigo 4.º do regulamento;

Considerando que a candidatura, contendo todos os documentos obrigatórios, deverá ser entregue até 3 (três) meses após o nascimento da criança, conforme disposto no n.º 1 do artigo 6.º do regulamento.

Considerando que a análise das candidaturas deve obedecer ao disposto no n.º 1 do artigo 9.º do referido regulamento: *“as candidaturas serão apreciadas no final de cada trimestre e deverão ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte (...)”*.

Considerando que os anexos constantes na informação condensam os processos originais que se encontram arquivados na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento.

Considerando que por efeito da entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foram introduzidas alterações muito significativas em matéria de realização de despesas públicas, condicionando desta forma a apreciação e deliberação das candidaturas em reunião de câmara, tal como previsto no artigo 9.º.

Considerando que existe dotação disponível na ação 2010/A/46 do Plano de Atividades Municipal.

**A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea c) do n.º 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 28 (vinte e oito) candidaturas, constantes no anexo 1, e proceder ao pagamento do incentivo aos seguintes requerentes:**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Nº	Nome do Requerente	NIF	Estimativa Pagamento 2013	Estimativa Pagamento 2014
1	Iolanda Catarina Silva Lopes	226174751	500,00€	500,00€
2	Cláudia Manuela Lourenço Silva	186508395	125,00€	125,00€
3	Inês de Sousa Parracho	226879313	125,00€	125,00€
4	Vitor Manuel dos Santos Pires	207974225	125,00€	125,00€
5*	Sílvia Maria Marques Fernandes	211741124	250,00€	250,00€
6	Andreia Moura Borges Fernandes	224966421	500,00€	500,00€
7	Dulce Gomes Neto Filipe	208892222	125,00€	125,00€
8	Eunice Dionísio Cunha Ramos	215742893	125,00€	125,00€
9	Clara João Ferreira Carlos	217837603	125,00€	125,00€
10	Daniel Filipe Alves Inácio	188968890	125,00€	125,00€
11	Cláudio Manuel Rodrigues Cordeiro	221293914	125,00€	125,00€
12	Ana Elisa Pedrosa Botas	218805799	125,00€	125,00€
13	Carla Maria Tavares Franco	205699529	125,00€	125,00€
14	Sofia Alexandra Gomes Brites	211388149	125,00€	125,00€
15	Adriana Ferreira Mendes	220396850	125,00€	125,00€
16	João Luís Bercial da Piedade	209250631	125,00€	125,00€
17	Marlene Managil de Oliveira	208778357	125,00€	125,00€
18	Márcio Leandro Matias Loureiro	209547596	125,00€	125,00€
19	Alexandra Filipa da Piedade Gonçalves	217500110	125,00€	125,00€
20	Pedro Miguel Domingos dos Reis	166400920	125,00€	125,00€
21	Maria Madalena Pinheiro Gomes	225369320	125,00€	125,00€
22	Pedro Gonçalo Moderno João	202185524	125,00€	125,00€
23	Ana Lúcia Mesquita Roque	209622008	125,00€	125,00€
24	Cláudia Liliana da Silva Moreira	229727921	500,00€	500,00€
25	Catarina Isabel da Silva Cardoso	192550403	125,00€	125,00€
26	Marco Alberto Carvalho dos Santos	226145417	125,00€	125,00€
27	Stélia Maria Freitas Melo Santarém	179747703	500,00€	500,00€
28	Ana Rita Monteiro Silva	255632215	125,00€	125,00€
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>5.125,00€</b>	<b>5.125,00€</b>

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**Mais delibera definir as seguintes datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa:**

Data limite de entrega de documentos para 1. <sup>a</sup> Tranche	<u>até</u> 16/08/2013
Data limite de entrega de documentos para 2. <sup>a</sup> Tranche	<u>até</u> 15/01/2014

**Delibera ainda que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2013 ou 2014.**

**Delibera, por fim, propor o indeferimento de 03 (três) candidaturas, constantes no anexo 2, pelos motivos aí referidos, concedendo aos requerentes, constantes no quadro infra, o prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciarem sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.<sup>o</sup> do Código do Procedimento Administrativo.**

Nome do Requerente	NIF	Motivo de Indeferimento
Lídia Maria Ferreira Loureiro	215062159	Não apresentação da última declaração de IRS
Carla Patrícia Ramalho Teles	233279156	Existência de dívida ao Município
Ana Soraya dos Santos Pinto Fernandes	206167601	Não apresentação da última declaração de IRS e Existência de dívida ao Município

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**26 - APRECIACÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1.<sup>o</sup> TRIMESTRE DO ANO 2013, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

631 - Presente informação n.º 1667, datada de 21 de junho de 2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação das candidaturas relativas ao **1.<sup>o</sup> trimestre do ano de 2013** do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de junho de 2010, retificado/clarificado na reunião realizada em 24 de junho de 2010, e aprovado na segunda reunião da Assembleia Municipal do dia 25 de junho de 2010, realizada no dia 13 de julho do mesmo ano, com as alterações introduzidas e aprovadas em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012, e de 30 de abril de 2013.

Considerando que durante o **1.<sup>o</sup> trimestre de 2013** foram apresentadas **41 (quarenta e uma)** candidaturas a este incentivo;

Considerando que as condições de atribuição do incentivo estão consagradas no artigo 3.º do regulamento;

Considerando que o valor do incentivo é definido pela aplicação dos critérios constantes no artigo 4.º do regulamento;

Considerando que a candidatura, contendo todos os documentos obrigatórios, deverá ser entregue até 3 (três) meses após o nascimento da criança, conforme disposto no n.º1 do artigo 6.º do regulamento.

Considerando que a análise das candidaturas deve obedecer ao disposto no n.º1 do artigo 9.º do referido regulamento: *“as candidaturas serão apreciadas no final de cada trimestre e deverão ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte (...)”*.

Considerando que os anexos constantes na informação condensam os processos originais que se encontram arquivados na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento.

Considerando que por efeito da entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foram introduzidas alterações muito significativas em matéria de realização de despesas públicas, condicionando desta forma a apreciação e deliberação das candidaturas em reunião de câmara, tal como previsto no artigo 9.º.

Considerando que existe dotação disponível na ação 2010/A/46 do Plano de Atividades Municipal.

**A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea c) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 39 (trinta e nove) candidaturas, constantes no anexo 1, e proceder ao pagamento do incentivo aos seguintes requerentes:**

Nº	Nome do Requerente	NIF	Estimativa Pagamento 2013	Estimativa Pagamento 2014
1	Cátia Isabel dos Santos Norberto Cruz	235510556	125,00 €	125,00 €
2	Carla Alexandra Julião Ramos	221239928	125,00 €	125,00 €
3	Marta Sofia Marques dos Santos	257009027	125,00 €	125,00 €
4	Albano Gaspar Alexandre	212623010	125,00 €	125,00 €
5	Vilma Eleonora Marrazes Serrano	211585238	125,00 €	125,00 €
6	Hugo Ricardo Francisco Pereira	212005260	125,00 €	125,00 €
7	Ana Filipa Lino Gaspar	249089599	125,00 €	125,00 €

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

8	Nuno Rafael da Silva Cardoso	192550411	125,00 €	125,00 €
9	Ana Lúcia Serra Natário	169386392	125,00 €	125,00 €
10	Marta Alexandra Jorge Duarte	222590831	500,00 €	500,00 €
11	Cláudia Manuela Pinto Ferreira	222167017	125,00 €	125,00 €
12	Eurico Cintra Couto	195483006	125,00 €	125,00 €
13	Ivo Alexandre Pires Leal	199213356	125,00 €	125,00 €
14	João Paulo Nicolau Moleirinho	220214581	125,00 €	125,00 €
15	Suzana Ribeiro Fernandes	232687862	125,00 €	125,00 €
16	Márcia Alexandra de Almeida Marques Duarte	205231535	125,00 €	125,00 €
17	Paulo Eduardo Ascenso Marrazes	201710730	125,00 €	125,00 €
18	Eunice Margarida Virgílio Lavos	219059691	125,00 €	125,00 €
19	Sónia Alexandra da Cruz Fonseca Ribeiro	224223038	125,00 €	125,00 €
20	Nuno Miguel da Silva Rodrigues	213526573	125,00 €	125,00 €
21	Bruno José Ferreira Godinho Lemos	202347419	125,00 €	125,00 €
22	Isabel Maria Oliveira Barreto	225210339	125,00 €	125,00 €
23	Eunice Cristina da Silva Teixeira	211420891	500,00 €	500,00 €
24	Vera Lúcia Costa Gomes	236313371	500,00 €	500,00 €
25	Liliana Cristina Sousa Vital	217022480	125,00 €	125,00 €
26	Mónica Cristina Vieira da Silva	243435819	125,00 €	125,00 €
27	Helga Sofia Coelho Rosa Magalhães	217430481	125,00 €	125,00 €
28	Adélia Sofia Martins Mesquita	234130776	125,00 €	125,00 €
29	Luz de Fátima Fonseca Pereira	198002602	125,00 €	125,00 €
30	João Manuel Félix Vieira Pedro	211456772	125,00 €	150,00 €
31*	Paula Rita Rocha Miranda	213348721	250,00 €	250,00 €
32	Rute Daniela Bernardo Pereira	256135711	125,00 €	125,00 €
33	Sandro José Rosa Matias	205018696	500,00 €	500,00 €
34	António José Monteiro Coelho	207088128	125,00 €	125,00 €
35	José Manuel Coutinho Fernandes	183485831	500,00 €	500,00 €
36	Luís Pedro Cavaleiro Pereira	201701804	125,00 €	125,00 €
37	Fabiana Rita dos Santos Pedroso	244333750	500,00 €	500,00 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

38	Otília Margarida Jesus Malpique	206548451	125,00 €	125,00 €
39	Nadine Luísa Ferreira Marques de Sousa	209339420	500,00 €	500,00 €
<b>Total geral</b>			<b>7.625,00€</b>	<b>7.625,00€</b>
<b>* candidatura de gémeos</b>				

**Mais delibera definir as seguintes datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa:**

Data limite de entrega de documentos para 1. <sup>a</sup> Tranche	<u>até</u> 16/08/2013
Data limite de entrega de documentos para 2. <sup>a</sup> Tranche	<u>até</u> 15/01/2014

**Delibera ainda que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2013 ou 2014.**

**Delibera, por fim, propor o indeferimento de 02 (duas) candidaturas, constantes no anexo 2, concedendo aos requerentes, constantes no quadro infra, o prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciarem sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.**

Nome do Requerente	NIF	Motivo de Indeferimento
Mariana Paula Jordão Brites	227561244	Existência de dívida ao Município
Ana Cristina Santana Pereira Lourenço	223304549	A criança não está registada como natural do concelho; falta de certidão de residência há mais de 3 anos contínuos no concelho

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**27 - VALÊNCIA DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2013/2014 – NORMAS DE FUNCIONAMENTO E TABELA DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR**

632 - Presente a informação n.º 1722, de 2 de julho de 2013, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento na qual se dá conta da necessidade de uma revisão das normas para o funcionamento da valência de Prolongamento de Horário nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho da Marinha Grande, a serem implementadas, a partir do próximo ano letivo 2013/2014.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Propõe-se ainda a alteração dos escalões previstos na Tabela de Comparticipação Familiar pela utilização da valência de Prolongamento de Horário nos Estabelecimentos do Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho.

Assim, considerando que:

- 1 - No ensino Pré-Escolar, o Ministério da Educação recomenda uma componente letiva de cinco horas diárias, ou seja, vinte e cinco horas semanais, horário esse que nem sempre corresponde às verdadeiras necessidades das famílias;
- 2 - Tem sido objetivo primordial deste Município proporcionar atividades para além das referidas cinco horas diárias, denominadas por Prolongamento de Horário, assim como atividades durante as interrupções letivas, as quais visam suprir essas necessidades;
- 3 - A tabela de Comparticipação Familiar para frequência da valência de Prolongamento de Horário foi reajustada, de acordo com a Portaria n.º 1113/2010 de 28 de outubro.
- 4 - Cada vez mais, é necessário ter em conta contexto socioeconómico do País, e por conseguinte, das famílias, daí os escalões terem sido apenas reajustados.

**A Câmara apreciou a informação, e delibera ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugada com o n.º 1 do art.º 12.º do Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de Setembro do Ministério da Educação e Ministério da Solidariedade e Segurança Social, aprovar as normas de Funcionamento da Componente de Apoio à Família para o ano letivo 2013/2014, que constam como anexo 1 da presente deliberação.**

**Mais delibera, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugada com o n.º 1 do art.º 12.º do Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de Setembro do Ministério da Educação e Ministério da Solidariedade e Segurança Social, aprovar a tabela de Comparticipação Familiar pela utilização dos Serviços de Apoio à Família em estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, designadamente reajustar aos atuais 3 escalões de abono, conforme tabela que consta como anexo 2 da presente deliberação.**

**(Anexo 9 da presente ata:** os documentos identificados como anexo 1 e anexo 2).

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **28 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dez de julho de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”: 3.335.994,20 €**



(três milhões, trezentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e quatro euros e vinte cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

## **29 - ATENDIMENTO PÚBLICO**

Sendo a presente reunião, nos termos do art.º 84º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pública, a partir das 12,00 horas será concedido um período de intervenção aberto ao público (art.º 84º, n.º 5 dos diplomas citados).

**Encontra-se inscrita para ser atendida a seguinte munícipe:**

**1 – Sr.ª Aldina Martins Gaio**, trabalhadora desta Câmara Municipal, que pretende abordar assunto relativo às suas atuais funções na Divisão de Ambiente.

A trabalhadora cancelou a sua inscrição.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**633 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:**

- 1. REQ. N.º 12/13 – PC N.º 238/12 – TERESA CAETANO TOJEIRA FERREIRA**
- 2. REQ. N.º 1023/13 – PC N.º 03/08 – ANÁLIA LEAL ROQUE**
- 3. REQ. N.º 997/13 – PC N.º 258/12 – LIDIA MARIA GRILO DIONISIO MARTINS**
- 4. REQ. N.º 1053/13 – PC N.º 214/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA**
- 5. REQ. N.º 1052/13 – PC N.º 227/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA**
- 6. REQ. N.º 1054/13 – PC N.º 215/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**
- 7. REQ. N.º 118/13 – PC N.º 159/2012 – CRESMOEL – CENTRAL RESERVAS GESTÃO DE HABITAÇÕES, LDA.**

8. PROCESSO N.º 570/96 – CONSTRUÇÃO DE PASSEIO – INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA POR DEPÓSITO EM DINHEIRO – SANDRA DUARTE
9. LOTE 12, DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE.
10. REQUERIMENTO DE MANUEL CORDEIRO DOMINGUES – PC N.º 146/13 - PEDIDO DE PARECER SOBRE AUMENTO DO NÚMERO DE COMPARTES – PRÉDIO RÚSTICO - REGIME DAS AUGI – DISPARIDADE DE ÁREAS - DEFICIENTE INSTRUÇÃO DO PEDIDO – ENTREGA DE ELEMENTOS – SANAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL.
11. PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO “FOCCUS BAR” NA MARINHA GRANDE



**1 - REQ. N.º 12/13 – PC N.º 238/12 – TERESA CAETANO TOJEIRA FERREIRA**

634 - Presente requerimento n.º 12/13, datado de 2013/01/04, constante do processo camarário n.º 238/12, subscrito por Teresa Caetano Tojeira Ferreira, NIF n.º 132565196, com residência na Rua da Mata, n.º 18, Lugar de Pedra de Baixo, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar licenciamento da *“LEGALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, DEPENDÊNCIAS E MUROS”*, incidente sobre um prédio sito na Rua da Mata, n.º 18, Lugar de Pedra de Baixo, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes informações técnicas sobre o assunto, datadas de 2013/06/18 e 2013/07/08.

Analisada a pretensão, bem como as referidas informações técnicas que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“ (...)”

*Pelo requerimento em apreço, são anexados ao processo, novos elementos em resposta ao ofício n.º 971/12, de 13/11, tendo por base o parecer jurídico emitido pelos respetivos serviços, propondo a alteração do acesso ao prédio, passando a ser feito pela Rua da Mata, eliminando-se a entrada para o espaço destinado a boxe de estacionamento, através do "caminho" ou "servidão de passagem" existente.*

*Face ao exposto, ultrapassadas as questões relativas aos acessos ao prédio, informa-se:*

*1. O prédio em causa localiza-se em zona definida pelo Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, como fazendo parte do Perímetro Urbano do Aglomerado Urbano da Marinha Grande (Área de Reserva – Espaço Urbanizável), fora dos limites das Reservas Agrícola e Ecológica definidas na respetiva Carta de Ordenamento.*

*2. De acordo com o art. 9.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, na designada Área de Reserva do Aglomerado Urbano da Marinha Grande, "(...) por não constituir área prioritária de construção, só é permitido o loteamento urbano e a construção quando devidamente justificado e se encontrar apoiado por infra-estruturas existentes, arruamentos, abastecimento de água, rede de esgotos e energia eléctrica.(...)"*

*3. De acordo com informação dos serviços de cadastro, o local encontra-se servido por rede de abastecimento de água, desconhecendo-se a existência de redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais. Da deslocação ao local, verificou-se ainda que o prédio se encontra servido por arruamento em betuminoso e energia elétrica.*

*4. Dispondo o local das infraestruturas mínimas necessárias, tratando-se da legalização de um conjunto de edificações existentes, referenciadas à data de entrada em vigor do atual plano diretor municipal, conforme declaração emitida pela respetiva junta de freguesia, bem como a descrição constante da certidão da conservatória do registo predial, considera-se que a pretensão em causa poderá ter enquadramento no referido art. 9.º do regulamento do atual PDMMG.*

*5. Relativamente às condições propostas e a legalizar para o conjunto edificado, verifica-se:*

*- As coberturas das edificações a legalizar, apresentam materiais em chapas de "fibra" e "cimento", vulgarmente conhecidas por chapas de "fibrocimento" contendo amianto, encontrando-se este material proibido pelo Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23/07, diploma que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/77/CE, de 26/07, da Comissão Europeia, que limita a colocação no mercado e a utilização de substâncias e preparações perigosas;*

*- O espaço destinado a cozinha não apresenta representado o equipamento mínimo obrigatório, previsto no n.º 2 do art. 84.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – Decreto-Lei n.º 38382/51, de 07/08, com as alterações posteriores;*

*- O projeto não apresenta rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, face às últimas alterações apresentadas, nos termos regulamentados na alínea p) do n.º 1 do N.º 11 da Portaria n.º 232/2008, de 11/03 e art. 56.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – Regulamento n.º 449/2010, de 17/05.*

*6. Face ao exposto, considera-se que o projeto de arquitetura apresentado não reúne condições de aprovação, propondo-se o indeferimento da pretensão, fundamentado na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e Lei n.º 29/2010, de 02/09, designadamente por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:*

*a) As coberturas das edificações a legalizar, apresentam materiais em chapas de "fibra" e "cimento", vulgarmente conhecidas por chapas de "fibrocimento" contendo amianto, encontrando-se este material proibido pelo Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23/07, diploma que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/77/CE, de 26/07, da Comissão Europeia, que limita a colocação no mercado e a utilização de substâncias e preparações perigosas.*

*b) O n.º 2 do art. 84.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – Decreto-Lei n.º 38382/51, de 07/08, com as alterações posteriores, em virtude do espaço destinado a cozinha, não apresentar a representação do equipamento mínimo obrigatório.*

*b) Incumprimento das disposições contidas no n.º 5 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, dado não apresentar Plano de Acessibilidades contendo a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, face às últimas alterações apresentadas, nos termos regulamentados na alínea p) do n.º 1 do N.º 11 da Portaria n.º 232/2008, de 11/03 e art. 56.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – Regulamento n.º 449/2010, de 17/05.*

*7. Mais se informa que é proposta a execução de passeio junto da Rua da Mata, na continuidade do passeio autorizado para o prédio adjacente, no âmbito do licenciamento conferido através do Alvará de Licença de Obras n.º 32/12, em nome de Horácio Ricardo de Oliveira Silva (processo camarário n.º 272/09, referente à obra de Construção de Moradia Unifamiliar e Muro de Vedação), com a área de 3,82m², a reverter ao domínio público, caso venha a ser licenciada a respetiva operação urbanística.*

*8. Relativamente aos esclarecimentos solicitados na memória descritiva e justificativa anexa aos últimos elementos entregues, proponho que estes sejam objeto de parecer prévio dos respetivos serviços, antes de se proceder à notificação do requerente.*

*(...)”*

*“(...)”*

*Na sequência do anterior parecer técnico emitido e após informação prestada pelos serviços, informo:*

*1. O prédio objeto da operação urbanística em referência confina arruamento público (Rua da Mata). Este arruamento dispõe de rede de drenagem de águas residuais domésticas, encontrando-se o ramal de ligação localizado junto à entrada do prédio, conforme informação verbal prestada pelos respetivos serviços.*

*2. Na planta de implantação correspondente à peça gráfica referida com o n.º 1, é indicada a localização de uma fossa no interior do prédio, pressupondo que a atual rede de esgotos se encontra ligada a esta.*

*3. De acordo com o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, só é permitida a ligação de redes de drenagem de águas residuais domésticas a fossas estanques, quando determinados locais não sejam servidos pela respetiva rede pública.*

*4. Assim, encontrando-se o local servido por rede de drenagem de águas residuais domésticas, deverá a presente proposta em apreço prever a ligação da respetiva rede predial privada interior, à rede pública.*

*5. Relativamente às questões referidas na memória descritiva e justificativa entregue a coberto do requerimento 238/12, de 04/01, nomeadamente quanto à localização e eventual deslocalização da “Boca de incêndios” e do “Coletor Público de Saneamento”, considera-se:*

*- A “Boca de Incêndios” atualmente localizada no muro que se prevê demolir para permitir o acesso direto do prédio à Rua da Mata, deverá ser eliminada, prevendo-se a*

*nova localização em zona a definir posteriormente pelos respetivos serviços técnicos (fase dos projetos das especialidades, caso o projeto de arquitetura seja aprovado);  
- No que respeita à ligação da rede de drenagem de águas residuais domésticas à respetiva rede pública, esta deverá ser indicada em Planta de Implantação a corrigir, prevendo:*

*a eliminação da fossa existente;*

*a eliminação da caixa atualmente existente junto ao muro a demolir;*

*a construção de nova caixa de ligação ao ramal principal, a levar a efeito em espaço público, na zona do passeio a executar na continuidade do passeio previsto no âmbito do licenciamento em curso no prédio confinante a sul, sendo a nova localização definida na referida fase das especialidades.*

*(...)”*

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **2 - REQ. N.º 1023/13 – PC N.º 03/08 – ANÁLIA LEAL ROQUE**

635 - Presente pedido de alteração de calendarização para a realização das obras relativas ao processo n.º 03/2008, em nome de Anália Leal Roque, com o NIF 195 049 268, residente na rua D. Dinis, Lote C, n.º 34, 3.ª Esq., Paredes da Vitória, Pataias, Alcobaça, para a legalização de um edifício destinado a Lar para Idosos, existente na rua da Fé, n.º 18, Pedra de Cima, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 08391 e na matriz predial urbana sob o n.º 10695, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 08/Julho/2013 que atesta encontrar-se o pedido em condições de merecer aprovação;

Presente processo a que se reporta o pedido, PC 03/2008;

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o pedido de alteração da calendarização das obras relativas ao processo n.º 03/2008, em nome de Anália Leal Roque, com o NIF 195 049 268, residente na rua D. Dinis, Lote C, n.º 34, 3.ª Esq., Paredes da Vitória, Pataias, Alcobaça, para a legalização de um edifício destinado a Lar para Idosos, existente na rua da Fé, n.º 18, Pedra de Cima, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 08391 e na matriz predial urbana sob o n.º 10695, da freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Deliberou igualmente informar que esta alteração se deverá repercutir nas condições de emissão do respetivo alvará de legalização, nomeadamente no que respeita ao montante das taxas a cobrar no âmbito da operação urbanística em causa.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

O Sr. Presidente esteve ausente, tendo sido substituído pelo Vice-Presidente, Sr. Paulo Vicente.

### **3 - REQ. N.º 997/13 – PC N.º 258/12 – LIDIA MARIA GRILO DIONISIO MARTINS**

636 - Presente requerimento, subscrito por Lídia Maria Grilo Dionísio Martins, NIF n.º 183011368, residente em Rua dos Agriões, n.º 8, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de “*Alteração de Garagem para Habitação*”, a levar a efeito num prédio sito na Rua dos Agriões, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, cuja arquitetura foi aprovada por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 26/12/2012.

Presente requerimento n.º 997/13, datado de 03/07/2013, referente aos projetos das especialidades:

Presente informação técnica dos serviços de 09/07/2013, que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente a execução de passeio e de remate da faixa de rodagem, na extensão total do prédio confinante com a Rua dos Agriões, cujos alinhamento e materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços competentes.**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efectuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 3. Apresentação dos elementos referidos na alínea h) do anterior ofício n.º 520/13, de 29/05/2013, por forma a dar cumprimento à alínea b) do n.º 1 dos condicionalismos expressos na deliberação camarária datada de 20/12/2012.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - REQ. N.º 1053/13 – PC N.º 214/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA**

637 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, para abertura de vala com instalação de pedestal e armário para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, a levar a efeito na Rua da Sede, junto ao n.º 1B, da Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 06/06/2013, sobre o assunto.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado ZON TV CABO PORTUGAL, SA., para abertura de vala para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, a levar a efeito na Rua da Sede, junto ao n.º 1B, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- A instalação do armário deve ser promovida no limite interior do passeio.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N.º 1052/13 – PC N.º 227/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, SA**

638 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, designadamente com instalação de armário e de um tubo a levar a efeito na Rua 1.º de Dezembro, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 06/06/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado ZON TV CABO PORTUGAL, SA., para execução de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, designadamente com instalação de armário e de um tubo a levar a efeito na Rua 1.ª de Dezembro, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- A instalação do armário deve ser promovida no limite interior do passeio.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N.º 1054/13 – PC N.º 215/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**

639 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., para abertura de vala numa extensão de 13,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua 50, Lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande,

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 06/06/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 13,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua 50, Lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N.º 118/13 – PC N.º 159/2012 – CRESMOEL – CENTRAL RESERVAS GESTÃO DE HABITAÇÕES, LDA.**



640 - Presente requerimento a solicitar a verificação das condições de salubridade ao terraço que rodeia as frações propriedade da Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, na torre Sul do Centro Comercial Lumar – Edifício Lumar, em virtude de existirem infiltrações de águas para as frações do rés-do-chão do referido edifício.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 21/03/2013, pela qual foi determinada a realização de nova vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, por forma sanar as lacunas do procedimento anterior, e a determinar-se quais as obras necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade apresentadas pela edificação.

Presente Auto de Vistoria datado de 04/07/2013, referente à vistoria realizada em 04/004/2013, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

**Após análise do processo, a Câmara deliberou determinar a execução das obras de reparação constantes do teor do Auto de Vistoria datado 04/07/2013, a levar a efeito em parte do edifício correspondente a torre Sul do Centro Comercial Lumar – Edifício Lumar sito na Rua Prof. Virgílio de Moraes, Freguesia de Marinha Grande, concedendo um prazo de 60 dias uteis para o efeito, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, face às atuais condições físicas do mesmo verificadas pela Comissão de Vistorias e descritas no mencionado Auto, designadamente:**

- 1.- Reparação e preparação da superfície do terraço;
- 2.- Abertura de rasgos nos muretes periféricos do terraço ao nível do pavimento e aplicação de gárgulas que impeçam a escorrência da água ao longo das paredes exteriores;
- 3.- Aplicação de camada isolante (telas asfálticas ou resinas acrílicas) na totalidade do terraço, incluindo a cobertura das paredes limítrofes até à altura mínima de 0,40m;
- 4.- Abertura, reparação e fecho da junta de dilatação;
- 5.- Picagem das áreas de reboco danificadas e reparação das mesmas com argamassa de cimento e areia com rede plástica ou em fibra de vidro incorporada;
- 6.- Substituição dos bites de fixação dos painéis de vidro por caixilharia em PVC nos vão situados sob a viga localizada no canto sudeste do edifício, referida no n.º 2.2.2. do auto de vistoria datado de 04/07/2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - PROCESSO N.º 570/96 – CONSTRUÇÃO DE PASSEIO – INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA POR DEPÓSITO EM DINHEIRO – SANDRA DUARTE**

641 - Presente requerimento, datado de 28-05-2012, apresentado por Sandra Duarte, com o NIF 231620659, residente na Travessa das Madressilvas, n.º 7, Escoura, Marinha Grande, titular do processo n.º 570/96, referente à construção de uma moradia sita na Escoura – Pilado, Marinha Grande, a solicitar o pagamento de 2.500€, em substituição da garantia prestada pelo anterior titular do processo.

Presente processo de licenciamento n.º 570/96 e informações técnicas de 16-04-2013 e 29-05-2013.

A Câmara Municipal analisou o requerimento apresentado por Sandra Duarte, bem como as informações técnicas de 16-04-2013 e 29-05-2013, que sobre ele recaíram e,

- Considerando que aprovou, em 25-07-1996, o projeto de arquitetura de uma moradia, para a Escoura- Pilado, Marinha Grande em nome de José Alexandre Beleza Fernandes;
- Considerando que esse deferimento ficou condicionado à apresentação do projeto de execução do prolongamento do arruamento e rede de distribuição de água e energia;
- Considerando que o projeto de arruamento foi, em 20-04-1997, aprovado com condicionalismos, tendo um deles consistido na apresentação de garantia bancária no montante de 1 189 000\$00 (5 930, 71 €);
- Considerando que, em 24-04-1997, na sequência de pedido do requerente, foi aceite que a execução do arruamento, passeios e rede de águas, orçadas no valor de 735 300\$ (atualmente 3 667,66 €) fossem executadas até ao limite da zona edificada e efetuada até ao final da construção;
- Considerando que em 11-04-2001 foi prestada, pelo interessado, uma garantia bancária, com o n.º 279 574, até ao montante de 735.300\$00, junto do Banco Espírito Santo, destinada a servir de caução às infraestruturas de arruamento e passeio;
- Considerando, que na sequência de vistoria e com base no respetivo auto, foi deliberado, em 04-09-2008, não rececionar as obras de urbanização em virtude de as mesmas desrespeitarem o projeto aprovado;
- Considerando que o passeio foi executado, na altura, em pavimento cerâmico, quando estava previsto que fosse em calçada de calcário (embora na presente data se apresente em lajes de betão) e com 1,30 m de largura, quando deveria ter sido construído com 1,50 m;
- Considerando que na faixa de rodagem foi aplicado, pela Junta de Freguesia da Marinha Grande, “pavimento em semi-penetração”, em vez de pavimento “em camada de desgaste betuminoso”, como era imposto no projeto aprovado;

- Considerando que o arruamento tem cerca de 116 ml de comprimento, encontrando-se integralmente pavimentado com massas betuminosas a frio;
- Considerando que ao titular do processo de licenciamento cabia a execução de 260,00 m2 de pavimento betuminoso (50ml de comprimento), ou seja até ao limite da edificação;
- Considerando que a remoção do pavimento existente apenas na área que constituía obrigação do referido titular do processo, e a sua reposição de acordo com o projeto aprovado implicaria uma descontinuidade de materiais de pavimentação;
- Considerando que esta circunstância se traduziria em dificuldades de utilização daquela rede viária e pedonal, perturbando o regular uso dessa infraestrutura e prejudicando, desse modo, o interesse público;
- Considerando que Sandra Duarte veio requerer o averbamento do processo com o número 570/96, em seu nome, em virtude de ter adquirido o prédio urbano onde foram realizadas as obras de urbanização;
- Considerando que na sequência dessa transmissão da propriedade, a interessada veio, através do requerimento n.º 895/12 de 28-05-2012, propor o pagamento de 2.500,00 € como garantia da boa execução das obras de infraestruturas e, consequentemente, a libertação da garantia bancária prestada pelo anterior titular do processo, José Alexandre Beleza Fernandes.
- Considerando que no início do arruamento foram construídas, nos últimos anos, diversas moradias em banda, com passeios executados em lancil de betão e lajetas de betão retangulares;
- Considerando que esse tipo de material passou a ser autorizado, fora da área central do aglomerado urbano da Marinha Grande, por ser mais resistente e menos oneroso;
- Considerando que se pretende dar continuidade às soluções executadas, no que respeita aos materiais de pavimentação utilizados;
- Considerando que é indispensável promover a articulação e homogeneização dos materiais usados na construção das infraestruturas existentes naquele local, de modo a promover o correto ordenamento do espaço público;
- Considerando, que para o efeito, é necessário tomar medidas concretas para alcançar essa finalidade;
- Considerando que de acordo com orçamento elaborado pelos serviços técnicos da Divisão de Ordenamento do Território, constante do parecer datado de 29-05-2013, que se anexa à presente deliberação (**Anexo 11**), a execução das obras de demolição e reconstrução do passeio estimam-se em 1.049,00€;

**Delibera:**

1. **Aprovar a demolição do passeio existente e a posterior execução de passeio com 1,50 m de largura livre, em lancil e lajetas de betão, imitação de calçada, cujo montante se estima em 1.049,00€ - mil e quarenta e nove euros – com vista a promover a continuidade das soluções já implementadas no arruamento que serve a habitação, propriedade de Sandra Duarte, titular do processo de licenciamento n.º 570/96, residente na Travessa das Madressilvas, n.º 7, Escoura, Marinha Grande, a executar pela requerente, no prazo de 90 dias, a contar da notificação da presente deliberação;**
2. **Considerar que o investimento já efetuado pela Junta de Freguesia da Marinha Grande, bem como os materiais utilizados na pavimentação do arruamento em questão, constituem, face aos motivos já apontados e nas circunstâncias atuais a solução que melhor serve o interesse público;**
3. **Indeferir o pedido apresentado, pela titular do processo de licenciamento já identificado, a propor o pagamento de 2.500,00€ - dois mil e quinhentos euros - em substituição da garantia prestada pelo anterior titular do processo, uma vez que o mesmo fica prejudicado com a aprovação dos trabalhos acima mencionados.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - LOTE 12, DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE.**

642 - Presente pedido de autorização, apresentado pela empresa MMV2 – Indústria de Moldes, Lda., para a transmissão do lote 12, sito na Zona Industrial da Marinha Grande, a favor da empresa Intermolde, Moldes Vidreiros Internacionais, Lda.

Tendo em conta que foram observadas as condições estabelecidas aquando da alienação inicial, possuindo as instalações alvará de utilização n.º 194/2004, de 27 de julho.

Tendo em conta que se mantém a afetação do edifício à atividade industrial, em observância do Plano de Pormenor da Zona Industrial.

Tendo em conta que a transmissão do lote se destina à concentração das atividades da empresa adquirente, ao aumento da respetiva capacidade produtiva, à criação de novos postos de trabalho e que os detentores de participações sociais, em ambas as empresas, são os mesmos.

Tendo em conta que não se detetam obstáculos impeditivos da autorização da transmissão requerida.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**Assim, a Câmara Municipal, delibera autorizar a transmissão da propriedade do lote 12 e benfeitorias nele existentes, sito na Zona Industrial da Marinha Grande, descrito sob o n.º 10179/19960829, na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, a favor da empresa Intermolde, Moldes Vidreiros Internacionais, Lda., devendo manter-se a sua afetação à atividade industrial.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQUERIMENTO DE MANUEL CORDEIRO DOMINGUES – PC N.º 146/13 - PEDIDO DE PARECER SOBRE AUMENTO DO NÚMERO DE COMPARTES – PRÉDIO RÚSTICO - REGIME DAS AUGI – DISPARIDADE DE ÁREAS - DEFICIENTE INSTRUÇÃO DO PEDIDO – ENTREGA DE ELEMENTOS – SANAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL.**

643 - Presente requerimento de Manuel Cordeiro Domingues, casado, Solicitador, portador do NIF 117883506, residente na Rua Alexandre Herculano, n.º 29 – 1.º Esq.º., 3100-494 Pombal, no qual solicitou a esta Câmara Municipal a emissão de parecer favorável ao aumento do n.º de compartes sobre o prédio rústico inscrito na matriz com o artigo 1326, e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 2114, sito no lugar de Embra, desta cidade, com a área de 0,340000ha, a confrontar:

Norte: António Alves

Sul: João Agostinho de Sousa

Nascente: Caminho

Poente Caminho

titulado por Virgílio Jorge da Ponte, Manuel da Silva Cláudio e Herminio Jorge da Ponte, com vista à celebração de escritura de compra e venda, destinando-se a proporção de 1/2 (metade) a favor de Carlos Manuel Oliveira Santos, residente na Rua da Fonte, n.º 8, Vale e Olheira, 3105-2016 Mata Mourisca Pombal e mantendo os referidos três compartes 1/6 do prédio.

Presente informação n.º 1/1709/2013-FO, de 01-07-2013, na qual se apreciam os factos expostos pelo requerente e os documentos que instruíram o pedido, e se conclui pela inexistência de obstáculos jurídicos ao deferimento do pedido de emissão de parecer favorável ao aumento do número de compartes de três para quatro, sobre o prédio rústico supra identificado.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do citado parecer n.º 1/1709/2013 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que fica anexo à presente acta (Anexo 10), delibera emitir parecer favorável ao aumento do número de compartes sobre o referido prédio, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 54.º n.ºs. 1 e 2, do Regime das AUGI-Áreas Urbanas de Génese Ilegal, aprovado pela Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs. 165/99, de 14 de Setembro, 64/2003, de 23 de Agosto e 10/2008, de 20 de Fevereiro, sujeito às seguintes condições:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/07/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

- a) Que o documento que titula o negócio jurídico da compra e venda - que motiva o pedido dos requerentes - refira expressamente que as partes ficam indivisas.
- b) Que o parecer não pode ser invocado, a qualquer título, para justificar ou documentar qualquer outro negócio jurídico, designadamente de divisão de coisa comum, que tenha por efeito ou resultado a divisão fundiária do prédio em desrespeito pelo regime jurídico dos loteamentos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **11 - PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO “FOCCUS BAR” NA MARINHA GRANDE**

644 - Presente informação nº 02/sn de 10-07-2013, Gabinete de Atendimento ao Munícipe que se passa a transcrever:

*“Márcia Cristina Francisco, arrendatária do estabelecimento de restauração e bebidas denominado “Foccus Bar”, sito na Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal autorização para o alargamento do horário de funcionamento a título excecional no dia 20 de julho de 2013, das 2:00h às 4:00h, para comemoração do 1º aniversário.*

*O n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, permite que a Câmara Municipal possa alargar o período de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais.*

*De acordo o mesmo artigo do referido Regulamento, a Câmara Municipal é obrigada a ouvir os Sindicatos, as Associações Patronais e as Associações de Consumidores sempre que haja uma pretensão de alargamento dos limites dos horários fixados.*

*Dispõe ainda o citado Regulamento que os alargamentos de horário apenas poderão ter lugar em localidade em que os interesses de certas actividades profissionais, nomeadamente ligadas ao turismo, o justifiquem, (cfr. alínea b) n.º1 art.2º).*

*Face ao exposto, foram elaborados os seguintes ofícios a solicitar parecer para o alargamento solicitado:*

- *Registo de saída nº 2324 de 01-07-2013 para a ACIMG - Associação de Comerciantes da Marinha Grande;*
- *Registo de saída nº 2326 de 01-07-2013 para a DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;*
- *Registo de saída nº 2325 de 01-07-2013 - Sindicato da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares;*

*Estão reunidos os requisitos previstos na norma regulamentar aludida, pelo que, neste momento aguardamos a emissão de parecer favorável das entidades supra identificadas.”*

